



Pedreira (SP), 01 de Junho de 2023.

**A EMPRESA SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA.**  
**Ao seu Proprietário Sr. Sidinei Tacão**

**ASSUNTO: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA ANÁLISE QUÍMICA E FÍSICA DA ÁGUA DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO, ÁGUA BRUTA E POÇOS ARTESIANOS DO MUNICÍPIO DE PEDREIRA/SP.**

Fica aplicada a sanção que será citada à seguir, à **SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA. – CNPJ 04.233.577/0001-02:**

**1)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo período de 24 meses.

O motivo que levou a Administração aplicar tal penalidade foi pela prática de ato previsto no Art. 7º da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista que conforme documentos constantes no processo a referida empresa apresentou declaração de ME/EPP falsa, uma vez que na data do Pregão Presencial a empresa já havia protocolado seu pedido de desqualificação.

**Fica aberto o prazo recursal, na forma do disposto no Artigo 109, I, "f", da Lei Federal nº. 8.666/93.**



Leonardo Selingardi  
**DIRETOR GERAL INTERINO – SAAE**



## DESPACHO DO DIRETOR GERAL INTERINO

Pedreira 01 de Junho de 2023.

Conhecendo a defesa prévia apresentada pela empresa **SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA.**, encaminhada no dia 25 de abril de 2023, constantes no processo licitatório. Embasado no parecer emitido pela Divisão de Assuntos Jurídicos e pelos fatos constantes no processo resolvo pelo seu **INDEFERIMENTO**.

  
Leonardo Selingardi  
DIRETOR GERAL INTERINO - SAAE

**PROCESSO 177/2023**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO**

**Requerente: SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**Assunto: Parecer Jurídico**

**EMENTA: PARECER JURÍDICO – DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE. PREGÃO. DESENQUADRAMENTO. BENEFÍCIOS DA LC 123/2006. SANÇÃO DO ART. 7º LEI 10.520/2002.**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico encaminhado a requerimento do Setor de Licitações e Contratos, a fim de consultar sobre a configuração de ato definido no art. 7º da Lei 10.520/2002 e a aplicação de penalidade prevista, nos termos do que apresentado na denúncia de fls. 01/11.

O denunciante acusa a licitante de usufruir indevidamente dos benefícios da LC 123/2006, pois não requereu o seu desenquadramento no ano-calendário 2022 e participou da licitação na condição de EPP, apresentando declaração falsa para tanto.

Em fase inicial de apuração, foi apresentada manifestação pela licitante às fls. 72/73, requerendo a improcedência da denúncia, sob os seguintes fundamentos: de que à época da licitação a empresa era optante do Simples Nacional e apresentou os documentos exigidos; que quando apresentou a declaração não possuía qualquer impedimento legal previsto na LC 123/2006; e que declinou na fase competitiva, portanto, não houve influência no resultado.

Conforme determinado às fls. 75, foi concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia, recebida às fls. 81/84, com

os seguintes argumentos defensivos: que não fez uso dos benefícios de EPP na licitação; que não apresentou lances; que não se manifestou na sessão realizada, conforme ata; que embora tenha se credenciado, desistiu de participar do pregão após ter um pedido de impugnação indeferido; que juntou seu balanço patrimonial como prova de boa-fé; que ao tempo da apresentação da documentação era formalmente optante do Simples Nacional; que assim que reconheceu a situação de desenquadramento, requereu, conforme documento anexado, a alteração perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo; que sua conduta não quebrou o caráter competitivo do certame e não teve objetivo de fraude; e que a declaração apresentada não tinha conteúdo falso.

## **DO PARECER**

### **Das previsões na LC 123/2006**

O tratamento dos benefícios que gozam as Empresas de Pequeno Porte e as Microempresas é regulamentado nos seguintes dispositivos:

### **Das Aquisições Públicas**

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para

regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

§ 2o A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1o deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

§ 1o Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2o Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1o deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma: (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1o e 2o do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1o e 2o do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1o Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2o O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3o No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Art. 46. A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito microempresarial. (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

**Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021)**

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a

legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 1o (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 2o Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3o Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: (Vide Lei nº 14.133, de 2021)



I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

#### **Da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte**

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).



II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o caput deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 3º O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

### **Do desenquadramento**

A informação de desenquadramento, narrada na denúncia, não exige maior esforço de apuração, pois a própria licitante juntou às fls. 83/84 a Declaração de Desenquadramento, requerida perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo na data de 1º de janeiro de 2022, portanto, confirmando juridicamente, que não se enquadrava mais na condição de EPP a partir do ano de 2022, impedindo qualquer declaração posterior que afirmasse o enquadramento, configurando situação jurídica reconhecida.

### **Da declaração em pregão**

Conforme Declaração de fls. 176, nos autos do Processo Licitatório 1100/2022 (Pregão 22/2022), firmada na data de 05 de janeiro de 2023, portanto, posterior à declaração firmada na JUCESP, esta datada de 1º de janeiro de 2022, a licitante declarou *“sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no instrumento convocatório”* que estava na condição jurídica de EPP, quando já não mais a possuía.

Para a comprovação da condição de EPP, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tem admitido, sem maiores questionamentos, a mera declaração, sempre ressalvando que a apresentação da declaração falsa será punida nos termos legais.

A Administração deve possibilitar a comprovação das interessadas licitantes como microempresa e empresa de pequeno porte por **todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente** (...) TC-1085/989/14-33.

(...) **“basta a apresentação de declaração** quanto à condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte; descabida, ainda, a previsão de reajuste do preço registrado em período inferior a 12 meses, por destoar das características do sistema de registro de preços e, mais ainda, porque em desacordo com a legislação de regência. TC-435/989-7

Na esteira do entendimento jurisprudencial, se há total facilitação da comprovação por mera declaração, o declarante assume as consequências legais da veracidade do conteúdo. Assim, **a mera conduta de declarar é suficiente para atrair as consequências legais**.

A licitante, ao declarar na data de 05 de janeiro de 2023, estar enquadra na condição de EPP, quando já protocolada, na data de 01 de janeiro de 2022, a declaração de desenquadramento, atuou de modo reprovável, inserindo conteúdo ideologicamente falso, o que afasta a alegação de que formalmente era EPP e que por problemas de trâmite na Junta Comercial ainda não constata na documentação apresentada o seu desenquadramento.

#### **Da não apresentação do balanço patrimonial**

Na peça defensiva, alega a licitante ter juntado seu balanço patrimonial como prova de boa-fé, o que não procede, pois não há balanço patrimonial juntado e, na sua manifestação inicial, às fls. 72, alega que *“não é obrigada a apresentar os documentos de balanço patrimonial”* e que *“o edital nada determina quanto a apresentação do balanço patrimonial”*.

#### **Da penalidade e previsão no edital**

Segundo o que determina a Lei 10.520/2002, a apresentação de documentação falsa exigida para o certamente será punida da seguinte forma:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Em relação à previsão das sanções no edital, o Tribunal de Contas da União já adotou o posicionamento pela desnecessidade de previsão editalícia, nos seguintes termos.

(...) 14. Ressalte-se que **a previsão editalícia de apenação** para as condutas irregulares elencadas no **art. 7º da Lei 10.520/2002** e nos arts. 90, 93 e 96 da Lei 8.666/1993, **embora possa ser considerada uma boa prática, não é imprescindível nem necessária** para a eventual autuação de processos administrativos pelos responsáveis pela licitação, visando punir licitantes infratores, pois **tais dispositivos legais são autoaplicáveis e bem conhecidos pelos gestores e pelo mercado**. TC 015.239/2012-8

#### **Da aplicação proporcional e razoável da sanção**

Entendendo pela aplicação da sanção, com finalidade orientadora e sem vinculação, nos termos orientadores do manual de sanções do Tribunal de Contas da União, há o seguinte entendimento:

(...) “deve a Administração delimitar de *forma motivada* a extensão temporal da sanção, respeitados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, tomando por pressuposto as especificidades de cada caso e a gravidade das condutas apuradas.

Levando-se em conta que o Tribunal ainda não possui normativo que trate das condutas e da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf previstas no **artigo 7º da**

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sugere-se aos agentes responsáveis pela propositura ou decisão das sanções a serem impostas às licitantes ou contratadas, que observem, como referencial, os preceitos da Norma Operacional DIRAD nº 02/2017.

O normativo supramencionado detalha as hipóteses de incidência da penalidade e estabelece o tempo de sua extensão, em observância ao princípio da proporcionalidade. Estabelece, ainda, situações em que a pena será agravada, atenuada e afastada, bem como estabelece qual pena deverá ser aplicada quando uma mesma conduta punível se enquadrar em mais de uma hipótese legal de incidência.

Para fins práticos, lista-se abaixo informações extraídas da Norma Operacional DIRAD nº 02/2017, que dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de **impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf** previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

CONDUTA PRATICADA PELO LICITANTE	DOSIMETRIA APLICÁVEL
Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	2 meses
Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	4 meses
<b><u>Apresentar documentação falsa</u></b>	<b><u>24 meses</u></b>
Ensejar o retardamento da execução do certame	4 meses
Não manter a proposta	4 meses

Falhar na execução do contrato	12 meses
Fraudar na execução do contrato	30 meses
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses
Cometer fraude fiscal	40 meses

### Limites territoriais da sanção

Na hipótese de aplicação da sanção, deve ser observada a súmula 51 do TCE-SP, que assim determina:

**SÚMULA Nº 51** - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, **nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar** (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e **artigo 7º da Lei nº 10.520/02**), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

### Conclusão

Pelo exposto, restou configurada conduta prevista art. 7º da Lei 10.520/2002, quando na declaração de fls. 176, a licitante declarou, "*sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas*" previstas no instrumento convocatório, "*não possuir qualquer dos impedimentos*" legais previstos na LC 123/2006, declarando-se apta para gozar dos benefícios previstos na referida norma, portanto, a conduta é passível da aplicação da sanção nos termos expostos.

Respeitada a independência das instâncias e poderes, não se afasta a apuração da prática de crime em processo licitatório, portanto, deve ser encaminhada cópia integral dos autos para a devida instrução procedimental já em curso no Ministério Público.

É o parecer.

Pedreira, 04 de maio de 2023



DIEGO TORRES GRANADO

Procurador Jurídico

OABSP 286099